



## CONTÍNUA PARTICIPAÇÃO

**P**ara início de conversa, precisamos deixar bem claro que se faz necessário a participação de todos os companheiros do mercado segurador paranaense. O apelo não se restringe às seguradoras que têm representantes na diretoria e sim para todas as associadas, a fim de que, juntos, possamos estimular o crescimento do setor e olharmos o futuro com bastante otimismo.

Como todos sabemos, o seguro não é uma atividade estática: ao contrário, o objetivo é seguir adiante, em marcha acelerada, realizando pesquisas, buscando sempre a minimização dos riscos e prejuízos, criando produtos e usando novas ferramentas que possam gerar obstáculos à fraude. Além disso, estamos atentos à difusão do seguro através de estudos, cursos, seminários e demais realizações, aproximando a instituição às exigências do consumidor, da sociedade em geral, a fim de torná-la cada vez mais aprimorada e pronta a cumprir o seu importante papel de garantidora da tranquilidade das pessoas, colaborando, assim, para a solução dos problemas e reveses que a vida nos apresenta.

Com a recente criação da CNSeg - Confederação Nacional de Seguros, Resseguros, Previdência Privada, Saúde Suplementar e Capitalização - fica estabelecida, em definitivo, a nova estrutura do mercado segurador nacional, na qual estamos inseridos como também os Sindicatos congêneres, em razão do que teremos maiores responsabilidades.

Face a essa nova estrutura, e amparados pelo estatuto que rege nossa entidade, criamos a figura do representante do Sindicato nas cidades

de Cascavel, Londrina e Maringá, todas no Paraná e também em Campo Grande (MS), cuja finalidade é dilatar o relacionamento com os delegados e diretores do SINCOR-PR e SINCOR-MS, de igual modo como acontece em Curitiba, tendo por meta o crescimento do mercado de seguros nos dois estados. Provavelmente, ainda em maio, deveremos promover idêntica representação na cidade de Ponta Grossa-PR, onde estão instaladas algumas seguradoras, para que estejamos estruturados em todas as cidades-polo do nosso estado.

É confortador constatar que já estamos colhendo os frutos dessa nova participação, com o surgimento de idéias e sugestões, das quais refluem benefícios a todas as cidades citadas e com reflexos para as respectivas regiões e micro-regiões.

Visando acompanhar a nova estrutura do mercado segurador, criamos também as comissões técnicas, e assim que foram anunciadas recebemos algumas manifestações positivas de apoio, inclusive de participação nas mesmas.

Além disso, a diretoria do Sindicato e o Conselho Fiscal, nesta nova gestão, têm se mostrado participativas e geradoras de idéias voltadas em favor do mercado e da instituição, bem como na sedimentação cada vez maior da nossa entidade.

Não há como negar que estamos vivendo um momento ímpar, procurando por todos os meios fazer do seguro um veículo influente na construção de um mundo melhor e tranquilo, onde a harmonia e o esforço se estreitem nos princípios de bem servir a sociedade.

## :: DPVAT

O Seguro Obrigatório contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias terrestres e por Embarcações (conhecido como DPVAT) equiparou-se, na prática a mais um tributo. Cobrado de forma compulsória quando da renovação anual do licenciamento de veículos, assegura uma quantia formidável de recursos que alimenta as receitas do governo e das seguradoras que compõem o consórcio que gere o pagamento das indenizações.

O deputado Roberto Santiago é o relator de um projeto de lei que permitirá aos proprietários de veículos que já tenham contratado um seguro igual ou superior ao prêmio pago pelo DPVAT a não serem obrigados a recolher o DPVAT.

“Não se aplica a obrigatoriedade de recolhimento do DPVAT quando o proprietário do veículo ou da embarcação estiver coberto por seguro privado facultativo de responsabilidade

civil decorrente de danos materiais e pessoais a ele atribuído, quando o valor da indenização deste seguro for igual ou superior ao valor estipulado para a maior indenização do seguro obrigatório de que trata este artigo”, afirma Roberto Santiago.

O relator do projeto de lei afirma que “a dispensa do recolhimento compulsório do DPVAT proporcionaria economia e justiça aos proprietários mais previdentes, que querem se proteger contra risco de uma responsabilidade de valor elevado”. Para as seguradoras, diz o deputado, “nosso projeto é neutro, pois a receita dos seguros opcionais compensaria o decréscimo no valor total dos prêmios arrecadados em decorrência do seguro obrigatório”. (Fonte: Motonline, 09/05/07)



## :: SUSEP

A SUSEP estabeleceu novas regras para seguros, planos de previdência aberta e títulos de capitalização que tenham como clientes as pessoas “politicamente expostas”. Segundo a Circular 341/07, que produzirá efeitos a partir de 1º de outubro deste ano, além das seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, também empresas corretoras de seguros e os corretores pessoas físicas são obrigados a cumprir os novos dispositivos. A norma classifica como “pessoas politicamente expostas” os agentes públicos que desempenham ou tenham

desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. No caso de clientes brasileiros, o conceito de pessoas politicamente expostas abrange desde os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo a ministros, dirigentes de autarquias e empresas públicas e membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, entre outros. (CQCS, 09/05/07)

## :: PALESTRAS

No dia 9 do corrente, às 19:00 horas, realizou-se em Ponta Grossa-PR, no Bristol Vila Velha Hotel, a palestra de Antonio Carlos Fleury de Campos Lima, versando sobre o tema “O Seguro de Responsabilidade Civil Geral”.

No dia seguinte, 10 de maio corrente, aconteceu em Cascavel-PR, a palestra sobre “Seguro de Automóveis: O que vem por aí?”, a cargo do palestrista Eduardo Dal Ri, que abordou os seguintes aspectos: abordagem da performance do mercado; o mercado de venda de automóveis. novos equipamentos que impactam no seguro e as novas tecnologias de serviços das seguradoras. A palestra foi realizada no Bourbon Cascavel Express Hotel.

Ambos os eventos foram realizados por iniciativa da FUNENSEG em parceria com este Sindicato e do SINCOR-PR.



## :: BAIXA RENDA

No dia 7 do corrente, aconteceu no Rio de Janeiro o "Workshop Regional sobre Acesso da População de Baixa Renda a Seguros". O evento foi promovido pelo Banco Mundial, em parceria com a FENASEG, SUSEP, CGAP Working Group on Microinsurance, Fundação Munich Re, Microinsurance Centre, Association Supervisors of Latin America (Assal), Federación de Asseguradores Colombianos (Fasecolda) e Inter American Federation of Insurance Companies (Fides).

O objetivo do evento foi debater e como levar o seguro às populações de baixa renda de todo o mundo. Durante dois dias, especialistas mostraram como devem ser os produtos e como conquistar esse contingente potencial, além dos resultados de estudos de casos. Segundo o Micro Insurance Centre, apenas 78 milhões de pessoas de baixa renda dos 100 países mais pobres do mundo estão

cobertas pelo microsseguro formal.

O referido "Workshop" que se prolongou até 8 do corrente, fez um verdadeiro raio X do microsseguro, conhecido no Brasil como "seguro popular". Desde sua produção, regulamentação, passando pela sua distribuição, até sua liquidação, foram tratados pelos especialistas nacionais e internacionais. Um aspecto pouco considerado é o resseguro do microsseguro. Segundo Stefan Mosel, Gerente executivo do Departamento da América Latina da Munich Re, há três motivos para entender porque o nicho atrai o ressegurador. "Uma das funções do resseguro é proteger a seguradora em casos de catástrofes naturais e servir de substitutivo para o capital. Ambas as situações são também ambientes do microsseguro. Portanto, este setor deve representar uma nova área de negócios para os resseguradores, explicou, demonstrando grande interesse. (Fonte: FENASEG, 08/05/07)

## :: SEGURO POPULAR

Apesar das diversas (e diárias) queixas de corretores de seguros e de consumidores atingidos pelos desdobramentos da venda desqualificada de seguros em agências bancárias, o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Otávio Ribeiro Damaso, disse: que os bancos se consolidaram como "ágeis e funcionais canais de distribuição de seguros" no Brasil. Segundo o secretário-adjunto, o processo de "bancarização" é um dos aspectos que poderão beneficiar, no Brasil, o desenvolvimento da modalidade de seguros voltados para as camadas de menor poder aquisitivo.

Ele frisou ainda que o fim do monopólio do resseguro contribuirá decisivamente para o crescimento do microsseguro no país. Na visão dele, o ramo vida como um dos que apresenta mais chances de crescer dentro desse novo cenário.

A SUSEP também vê com bons olhos a venda de seguros populares nas



agências bancárias. Pelo menos foi o que deixou claro Regina Lídia Giordano Simões, que é da Coordenação de Relações Internacionais da autarquia. Segundo ela, o público alvo dos seguros populares são os "correntistas com renda inferior a três salários mínimos", que buscam as coberturas básicas de morte natural e acidental. (Fonte: CQCS, 09/05/07)

## :: SEGURO DE VIDA

A proibição de cruzamento de dados entre os tomadores de seguros e os beneficiários está a dificultar o pagamento dos seguros de Vida. Há meses que o governo aguarda uma resposta da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) para obrigar as companhias de seguros a comunicarem aos beneficiários de

seguros do ramo Vida a existência de prêmios a seu favor.

Esta decisão partiu da constatação que muitas seguradoras esperam que sejam os beneficiários a reclamar os prêmios e não as toma a iniciativa de comunicar a existência das indenizações devidas.

O que o governo pretende é disponibilizar uma base de dados

onde figurem apenas dois elementos: o nome do tomador do seguro de Vida e o nome do respectivo beneficiário.

Trata-se de um assunto que não é novo. Com efeito, já em 2001, em virtude do grande volume de acesso a dados pessoais de saúde quer por parte das companhias de seguros quer por parte dos familiares para efeitos de pagamentos de indenizações

em virtude da morte do segurado.

Face ao confronto entre o direito à proteção dos dados pessoais, o interesse da livre iniciativa econômica e a economia de mercado, a CNPD decidiu não permitir o acesso das companhias de seguros e dos familiares aos dados do segurado, sem este ter consentido. Esta posição manteve-se inalterada pela deliberação 72/2006,

## :: SEGURO RURAL

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, participou de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizada no dia 10 do corrente.

Ele foi convidado, a partir do requerimento do senador Osmar Dias (PFT-PR), para prestar informações sobre o financiamento e os aportes financeiros referentes ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

O senador também solicita, em seu requerimento, que o ministro fale a

respeito do andamento, execução e orçamento para 2007 dos programas do governo federal sobre sanidade animal, especialmente o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.

Solicita ainda, que Reinhold Stephanes explicitasse as ações que tomou no sentido de adotar uma política sanitária homogênea para os países produtores de bovinos que mantêm fronteira com o Brasil. (Fonte: Agência Senaddo, 08/05/07)

